

podemos concorrer com o Executivo nisso se não podemos apresentar projetos que gerem despesas? E isso não é culpa do Exmo. Prefeito Kassab. Não é culpa de ninguém. É culpa da lei. Se não podemos apresentar projetos que gerem despesas, então a concorrência é desleal. O Executivo sempre apresentará os principais projetos. E não estamos discutindo isso. Só digo que nossa função é muito limitada. Conseguimos realizar nossa função quando recebemos projetos importantes do Executivo e temos a oportunidade de apresentar emendas. O nobre Vereador José Police Neto - que entende bastante da função legislativa - disse que, para melhor se avaliar o trabalho de vereador, basta pegar um projeto do Executivo e verificar como esse projeto entrou nesta Casa e como esse projeto saiu desta Casa. E é isso mesmo, porque temos uma prerrogativa muito limitada. Portanto, retirar essa prerrogativa tão limitada de nós, Vereadores, é o mesmo que tirar piriluto da boca de uma criança. Não temos quase nada, e eles nos tiram até isso. Por isso, não tem sentido medida provisória em âmbito municipal. Esse decreto é como uma medida provisória em âmbito municipal. O senhor, nobre Vereador Paulo Frange, pessoa inteligente, só conseguiu justificar como medida provisória. O senhor disse que no Congresso há medida provisória, e o decreto seria mais ou menos isso. É uma realidade, foi mais ou menos isso. Entretanto, se tivermos medida provisória no município, não precisaremos fazer mais nada. E aí a *Revista Veja* vai levar até as últimas consequências tudo o que publicou.

Tem aparte o nobre Vereador Paulo Frange.

O Sr. Paulo Frange (PTB) - Nobre Vereador, sou absolutamente contrário a qualquer tipo de decreto que venha de encontro às nossas prerrogativas. Quando esta Casa recebeu a notícia de que tinha saído uma medida tipo decreto - o Vereador Adilson Amadeu está presente e lembra disso - que regularizava 250 *flats* na cidade de São Paulo, esta Câmara avisou o Governo que isso estava errado. Falamos com todo mundo e todos ficaram sabendo. Não atiramos pelas costas. Avisamos uma semana, duas, três e derrubamos.

O SR. JOSÉ AMÉRICO (PT) - É verdade. O Líder do Governo estava envolvido nesse movimento.

O Sr. Paulo Frange (PTB) - Hoje, temos de tomar a mesma atitude. Temos de falar com a Secretária Alda Marco Antonio, que é uma pessoa do Parlamento. S.Exa. conhece o Parlamento mais do que todos nós, e é uma pessoa acessível. Não tenho a menor dúvida de que, pela sua inteligência e pela profundidade que tem do assunto, a Secretária Alda Marco Antonio não terá a menor dificuldade de encaminhar, para esta Casa, um projeto de lei sobre o qual possamos nos debruçar e aprofundar o debate.

Estou tentando deixar bem claro de quanto ao mérito não tenho a menor dúvida, a política tem de ser absolutamente centralizada, de ação social, acompanhando o Sistema Único de Assistência Social que agora temos. Desde Padre Anchieta não tínhamos isso. Hoje, temos no Brasil um sistema único. Em São Paulo estamos alinhados. A Cidade de São Paulo foi a última a entrar no Sistema Único de Assistência à Saúde. O SUS vai completar 31 anos, mas só entramos nesse sistema há pouco mais de dez anos.

Portanto, nobre Vereador, sou absolutamente favorável à posição de V.Exa. Não podemos deixar a Casa à mercê de decretos. Precisamos - como sempre digo - atirar pela frente, avisar com quem estamos guerreando. A Secretária Alda Marco Antonio tomou essa atitude, porque naquele momento, havia necessidade. Um ano e meio depois, estamos trazendo esse tema ao debate; vamos conversar com S.Exa.. Não tenho a menor dúvida da força desta Casa - que já demonstrou isso ao derrubar um decreto que legislava sobre *flats*, e envolvia 250 prédios. Agora estamos falando da Assistência Social, que tem um orçamento pequeno.

Vereador Antonio Carlos Rodrigues, essas manifestações que faço não são novas. Peço a V.Exas. que consultem a Taquígrafia sobre meus discursos relativos aos orçamentos dos últimos 5 anos. Quem começou a chamar as Subprefeituras de zeladoria fui eu. Há muitos anos disse: “Estão tirando tudo das Subprefeituras, o orçamento está sumindo, sumindo. Desapareceu. A Subprefeitura hoje é só zeladoria, não tem mais nada mesmo. Precisaremos até mudar o nome daqui a pouco”. Aliás, a Subprefeitura nem está mais em seu território. Por exemplo, a Subprefeitura de Cidade Tiradentes está em Itaquera. Há muitas outras Subprefeituras no território de outras. Não tem nem espaço físico.

Então, está na hora de nos debruçarmos sobre o projeto da Subprefeitura. É a oportunidade para um bom debate nesta Casa: discutir a Subprefeitura, área física, prédio próprio, etc. Por que locar o prédio locado, muitas vezes pagando aluguel maior do que o orçamento da Subprefeitura destinado à limpeza de bueiros? Ora, está aí uma oportunidade ímpar de mudarmos isso.

Obrigado pelo aparte.

O SR. JOSÉ AMÉRICO (PT) - Obrigado, Vereador Paulo Frange. Não tenho dúvida a respeito da coerência, retidão e compromisso de V.Exa. com a descentralização. O senhor deu demonstrações disso em um dos grandes momentos desta Casa: quando revogamos o decreto que legalizava os flats. Nessa matéria complexa relativa a um problema da cidade, tivemos a participação da liderança do Governo e de vários Vereadores. Gostaria de dizer, mais uma vez, que não podemos abrir mão das nossas prerrogativas. O Poder Legislativo é a democracia por excelência; só é questionado e desqualificado em um país como o nosso, onde a tradição democrática começou apenas nos últimos 25 anos. Em qualquer país do mundo o Poder Legislativo está em primeiro lugar.

Lembro-me de que houve um episódio na Câmara dos Comuns, na Inglaterra. O Sr. Winston Churchill havia feito algo que o Parlamento Britânico considerava um erro na Guerra e foi vaiado durante a sessão inteira, mas o Sr. Winston Churchill, ao final, conseguiu falar; Lord Chamberlain não havia conseguido isso. Em nenhum momento o Sr. Winston Churchill questionou o direito do Parlamento de se manifestar, indagar e até vaiar o Primeiro-Ministro da Inglaterra, porque a discussão parlamentar é considerada um valor democrático de primeira linha.

No Brasil, entretanto, tentam desqualificar o Parlamento o tempo todo e tirar as nossas prerrogativas, a nossa força. Não estou falando de governo nenhum em particular, estou falando, na verdade, de todos. Os Poderes Executivos tentam tomar o nosso poder, tirar o pouco que temos. As Câmaras, no Brasil, têm muito menos poder do que a Câmara dos Comuns, porque não somos parlamentaristas.

Concedo aparte ao nobre Vereador Goulart.

O Sr. Goulart (PMDB) - Gostaria de agradecer ao nobre Vereador José Américo pelo aparte concedido. Gostaria de fazer minhas as palavras do nobre Vereador Paulo Frange, porque a Vice-Prefeita Alda Marco Antonio, além de ser da “república” de Uberaba, tem o espírito democrático que poucos têm. Temos muito a aprender com a Sra. Vice- Prefeita.

Durante toda a minha vida no PMDB, a Secretária Alda Marco Antônio, hoje Vice-Prefeita, muito me ensinou. Na vida pública, somos, muitas vezes, levados a erros e, certamente, algum assessor mal-avisado pensou que, por decreto, pudesse consertar aquilo que a Sra. Vice-Prefeita queria. Temos, infelizmente, algumas imperfeições; mesmo sendo centralizada a Administração, existem alguns desmandos.

Outro dia caíram oito casas na cidade e os assistentes sociais da Secretária de Assistência e Desenvolvimento Social recusaram-se a ir verificar, porque, como havia casas caídas, eram as assistentes sociais da Habitação que teriam de ser chamadas. Não sou assistente social, mas, se fosse, atenderia ao chamado, pois é uma questão de solidariedade.

É importante a criação de LOAS, mas quem está na área tem de atender a qualquer tragédia, seja da área de Saúde, de Educação ou de Habitação.

A Sra. Vice-Prefeita Alda Marco Antonio agiu impulsionada por alguém que a convenceu de que a matéria poderia ser feita por decreto, mas a ajudaremos a corrigir esse erro na Câmara. Obrigado.

O SR. JOSÉ AMÉRICO (PT) - Muito obrigado, nobre Vereador Goulart. Eu retorno à história do Churchill. Em um debate, levantou uma pessoa lá atrás e falou: “E se jornalista brasileiro da *Folha de S. Paulo*, do *Estado* ou da *Veja* estivesse assistindo a esse debate do Churchill?”. Eu diria: “ele ia falar muito mal do Parlamento, porque não entenderia sua ojeriza”. E um inglêsalaria para ele: “O seu ‘Peter Bó’, aqui é a Inglaterra, criamos este Parlamento há 400 anos por meio de uma revolução Portanto, devemos valorizar a democracia, ela está aqui”. Concedo um aparte ao nobre Vereador João Antonio.

O Sr. João Antônio (PT) - Quero registrar que lamento a ausência do nobre do Vereador Floriano Pesaro - apesar de ter absoluta certeza de que S.Exa. deve estar tratando de assunto da maior relevância para a cidade de São Paulo - porque o nobre Vereador, como foi Secretário de Assistência Social na primeira gestão do Prefeito Gilberto Kassab, conhece profundamente essa Secretaria.

S.Exa. já me disse, publicamente, em debate nesta Casa, que é contrário à centralização das Subprefeituras proposta pela atual Administração, com a concentração de poder nas mãos dos Secretários. Se o nobre Vereador Floriano estivesse presente, o debate seria mais rico porque S.Exa. diria, de forma clara, por que no período em que foi Secretário não aceitou essa concentração de poder nas mãos da Secretaria de Assistência Social. É lastimável a ausência do Vereador, porque S.Exa teria muito a contribuir, afinal, não permitiu que a Secretaria fosse centralizada nas mãos do Secretário.

O SR. JOSÉ AMÉRICO (PT) - Muito obrigado, Vereador João Antonio. O nobre Vereador Floriano estava presente até agora há pouco, participando do nosso debate, e tenho certeza de que não faria esse decreto..

Sou uma pessoa insuspeita, pois, apesar de estar processando a Secretária Alda Marco Antônio por conta da história dos albergues, não acho que devamos responsabilizá-la pessoalmente por esse fato. Não é a primeira vez - se fizermos uma análise dos decretos observaremos isso - que vários invadem a nossa área de atuação. Não estou fazendo um embate pessoal, porque, às vezes, o decreto se transforma em política de governo, não somente deste Governo, outros governos já fizeram o mesmo. é normal, começa uma invasão; é mais fácil essa prevalência do Executivo que temos no Brasil. Todo mundo acha que, porque é Executivo, é bom e, porque é Legislativo, não é bom.

Concedo um aparte ao nobre Vereador José Police Neto.

O Sr. José Police Neto (PSDB) - Na realidade quero participar um pouco desse debate até porque me entusiasma a defesa do Parlamentarismo feito pelo membro de um partido que é, eminentemente, presidencialista. Fico muito feliz de saber que dentro do PT há vozes destoantes.

O SR. JOSÉ AMÉRICO (PT) - Participei da Frente Parlamentarista no nosso país quando foi votado o plebiscito.

O Sr. José Police Neto (PSDB) - São questões que nos entusiasмам, porque somos um partido estatutariamente parlamentarista; portanto, é um debate que a Casa deve fazer, sempre, na construção de uma sociedade que tem na representação do povo o seu gabinete executivo a partir da composição das forças dentro do Parlamento. É assim que trabalho, que o Vereador Floriano Pesaro trabalha, em todos os cantos a que vai.

Lembro que o Vereador Floriano Pesaro teve, no primeiro semestre, o apoio dos 54 Vereadores para aprovar um projeto de uma importância para a cidade de São Paulo, o das rodas da cidadania, das atividades vinculadas à atividade emprovedora daqueles que realizam atividade social. Reconheço o esforço que o Vereador Floriano fez quando foi Secretário, e faz nesta Casa, seja na Comissão Extraordinária Permanente de Defesa dos Direitos da Criança, do Adolescente e da Juventude, seja nas proposituras legislativas que apresenta ao Plenário, e possui a nossa anuência, apoio e voto.

O Parlamento deve fazer esse debate, estou absolutamente disposto a continuar, motivado para continuar com a polêmica de como enfrentar os decretos autônomos, que seguem, também, uma orientação da nossa Constituição Federal, que deu o comando aos municípios para estabelecer seus decretos autônomos; penso que é a oportunidade de avançarmos no debate. Só acredito que devamos avançar a partir da perspectiva de onde a Cidade está, da importância das ações realizadas pelo Executivo e de como realizarmos juntos as correções de rotas que, muitas vezes, todos temos de fazer, seja o Parlamento na ação legislativa, seja o Executivo na sua função precípua de Executivo.

Discordo de que a função do Legislativo, do Parlamento, seja acessória na questão de legislar; não é não, nobre Vereador Marco Aurélio. É do Parlamento a função legislativa, essa é a função que nos traz a esta Casa, a nossa ação fiscalizatória, associada ao equilíbrio que temos de ter com o outro poder, poder irmão, com quem devemos ter a melhor das relações de equilíbrio. Mas quero dizer que esse é o debate que se instaura neste momento, motivo pelo qual, Sr. Vereador, vou requerer, ao término do seu pronunciamento, o adiamento; vou solicitar que possamos nos preparar não só para esse debate, mas avançarmos sobre ele.

Ênfatico que estamos absolutamente dispostos a realizar o debate, no reconhecimento dos instrumentos constitucionais que foram dados aos executivos, a partir dos decretos autônomos, e a reconhecer as necessidades de avanços que o Parlamento tem de ter em ações realizadas pelo Executivo, do ponto de vista legal, e que importam em novo debate e, quem sabe, em novas iniciativas legislativas para serem amparadas pelo voto deste Plenário.

Era essa a contribuição que queria dar ao seu pronunciamento, deixando consignado que nos entusiasma o debate sobre a questão da autonomia do Poder Legislativo, da amplitude das suas iniciativas e das suas reservas, aquelas que estão exclusivas ao Executivo. Temos de ter, também, o reconhecimento de quando a iniciativa a ele está reservada.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ AMÉRICO (PT) - Nobre Vereador José Police Neto, sempre fui doutrinariamente parlamentarista, porque penso que, como há democracia, a relação entre Poderes no Brasil, país presidencialista, não tem de ser apenas de equilíbrio; deve haver também uma tensão entre o Legislativo, o Executivo e o Judiciário. Aliás, o Judiciário é o único poder que não tem controle no nosso país.

O Sr. Jojói Hato (PMDB) - Solicito um aparte a V.Exa.

O SR. JOSÉ AMÉRICO (PT) - Mas temos de buscar uma desejável tensão. Sou tão fiel aos meus princípios, e digo até aos governos do meu partido que, às vezes, cometem o erro de invadir a seara do Legislativo. Não é porque estamos no Poder que devemos deixar de reconhecer que, às vezes, a dinâmica do Executivo é de invadir as nossas prerrogativas. Não penso que devamos ser poder acessório, mas, do jeito que a legislação estabelece os poderes das câmaras municipais do Brasil, somos um poder quase acessório, porque não temos prerrogativa para legislar.

- Aparte antirregimental.

O SR. JOSÉ AMÉRICO (PT) - É o que estou dizendo, é claro, perfeito. V.Exas. que são parlamentaristas deveriam tomar a iniciativa e começar a brigar para que tenhamos a prerrogativa. Penso que é fundamental, deveriam fazer isso. O meu partido, infelizmente, é presidencialista; o de V.Exa., que é parlamentarista, deveria tomar essa iniciativa.

Digo que, doutrinariamente, trata-se de um grande equívoco. A Constituição de 88 foi extremamente democrática, mas pecou nesse ponto, deveria ter dado mais prerrogativa para as câ-

maras; aliás, foi assim que São Paulo começou a ser governado, pela Câmara Municipal de São Paulo.

Concedo aparte ao nobre Vereador João Antonio.

O Sr. João Antônio (PT) - A fala do nobre Vereador José Police Neto deixou-me assustado. Primeiro, S.Exa. mencionou certo “decreto autônomo”, gostaria que lesse na Constituição da República onde está escrito que o Prefeito, o Chefe do Executivo, pode, por decreto autônomo, alterar organização administrativa. Peço que me mostre.

Eu mostrei na Constituição de 1988, artigo 84, alínea “a”, que o Executivo não pode alterar. O que mais me assusta é um parlamentarista ir contra as prerrogativas do Parlamento da cidade de São Paulo, conferindo mais poderes ao chefe do Executivo. Poder que a Constituição da República, que é presidencialista, não confere.

Como parlamentarista, nobre Vereador José Police Neto, faça uma autocrítica.

O SR. JOSÉ AMÉRICO (PT) - Concedo aparte ao nobre Vereador Carlos Apolinario, meu amigo, excelente pessoa e um grande parlamentar.

O Sr. Carlos Apolinario (DEM) - Muito obrigado. Tenho o mesmo respeito e carinho por V.Exa.

Estou gostando desse debate. A Câmara Municipal de São Paulo tem de discutir as prerrogativas da Casa e avaliar até que ponto deve conceder ou tirar poderes ao Executivo. Todo Executivo, - não criticarei o de V.Exa. - é igual. Se amanhã formos eleitos prefeito, governador ou presidente, e o Legislativo não discutir, faremos o mesmo.

Esse debate é oportuno. Devemos discutir - falo como Líder dos Democratas - não o que é a favor ou contra o Sr. Prefeito Gilberto Kassab. A discussão que se deve realizar é sobre o que é bom para a Cidade.

Nós fomos eleitos para apoiar o Executivo nas boas decisões e questioná-lo quando estiver errado. Isso não significa nos posicionarmos contra o Executivo, mas a favor da Cidade.

Este debate é correto, temos de discutir e alinhavar um entendimento entre as Lideranças da Casa, sem o propósito de atrapalhar o Governo Kassab. Mesmo porque, depois que o Sr. Prefeito Gilberto Kassab sair do governo, poderá vir um petista. Temos de olhar não como oposição ou governo e sim como representante do povo, pensando o que é bom para a cidade na relação entre os dois poderes, Executivo e Legislativo.

Gostaria que esse debate evoluísse, fosse mais aprofundado e traçássemos parâmetros de relacionamento entre Executivo e Legislativo, sem ser oposição e nem governo. Devemos ver o que é melhor para a cidade. É nesse sentido que gostaria de discutir esse assunto.

O SR. JOSÉ AMÉRICO (PT) - Muito obrigado.

Concedo aparte ao nobre Vereador Aurélio Miguel.

O Sr. Aurélio Miguel (PT) - Nobre Vereador, no ano passado, votamos, nesta Casa, alteração nas autarquias na saúde. Na aquele momento, estabelecemos as regras em relação aos cargos que existiam nas autarquias, como seriam destinados e como seria feito.

O maior questionamento e problema desse decreto é em relação às Coordenadorias. Existiam 31 Coordenadorias, hoje temos 16. Os cargos das 15 Coordenadorias remanescentes sumiram ou foram remanejados. É desvio de função. Isso não pode acontecer.

Por isso, seria importante que o Executivo encaminhasse uma proposta a esta Casa, na forma da lei, para que pudéssemos debater dentro da legalidade e da constitucionalidade.

Nós, do PR, fazemos parte da base do Governo e somos favoráveis a essa ideia. Somos também legalistas e constitucionais. É nesse sentido que me manifesto.

O SR. JOSÉ AMÉRICO (PT) - Obrigado, nobre Vereador. Agradeço a participação de todos os Srs. Vereadores que pediram aparte, e a atenção de todos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Rodrigues - PR) - Tem a palavra, pela ordem, o nobre Vereador José Police Neto.

O SR. JOSÉ POLICE NETO (PSDB) - (Pela ordem) - Sr. Presidente, fui instado pelo nobre Vereador João Antônio a trazer uma série de informações. Sou sabelodor do profundo conhecimento que o nobre Vereador João Antônio tem em relação ao comando constitucional do País - não o tenho e faço um esforço para contribuir com este Parlamento.

Com humildade, peço ao Sr. Presidente que, regimentalmente, adie a discussão em que estamos envolvidos para que possa reunir informações pertinentes ao debate.

Mesmo reconhecendo as fragilidades que esse decreto impõe, lembro que, em 2005, quando esse debate foi estabelecido no Plenário e a bancada do Partido dos Trabalhadores ingressou na Justiça tentando derrotar o decreto do Sr. Prefeito José Serra que realocou vagas das coordenadorias de Saúde e Educação, o Judiciário não deu abrigo à solicitação do Partido dos Trabalhadores. Isso me motivou a usar o mesmo argumento utilizado pelo Sr. Prefeito José Serra na defesa do decreto que o Judiciário reconheceu ser constitucional e legal, o qual até hoje continua em vigor.

Manifesto aqui a minha incompetência para fazer esse debate. Vou utilizar apenas a decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, no enfrentamento da questão trazida pelo nobre Vereador João Antônio. Não serei um advogado com sua competência, nobre Vereador, até porque não me inscrevi nessa ação, mas vou trazer informações que estão disponíveis a esse simples parlamentar, que tenta oferecer contribuições a esta Casa.

Nesse sentido, peço adiamento da discussão da matéria.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Rodrigues - PR) - Tem a palavra, pela ordem, o nobre Vereador João Antônio.

O SR. JOÃO ANTÔNIO (PT) - (Pela ordem) - Sr. Presidente, o discurso sofismático do nobre Vereador José Police Neto tenta esconder a verdade nesta Casa. Digo isso porque o meu PDL foi protocolado em fevereiro, período em que o nobre Vereador José Police Neto já era líder do Governo. Portanto, S.Exa. conhece a verdade dos fatos, e já poderia ter respondido a todas as questões de legalidade referente ao nosso PDL. Sr. Presidente, requeira, regimentalmente, verificação nominal de votação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Rodrigues - PR) - É regimental o pedido de V.Exa. A votos. Os Srs. Vereadores favoráveis votarão “sim”, os contrários, “não”.

- Inicia-se a votação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Rodrigues - PR) - Tem a palavra, pela ordem, o nobre Vereador Carlos Apolinario.

O SR. CARLOS APOLINARIO (DEM) - (Pela ordem) - Sr. Presidente, para estudarmos melhor a matéria, solicito aos meus companheiros do Democratas que votemos “sim” pelo adiamento.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Rodrigues - PR) - Tem a palavra, pela ordem, o nobre Vereador José Police Neto.

O SR. JOSÉ POLICE NETO (PSDB) - (Pela ordem) - Sr. Presidente, faço uma solicitação aos nossos colegas. A orientação do Governo é para adiarmos a matéria. Faço questão de trazer a decisão do Tribunal de Justiça, que deu abrigo a decretos do mesmo conteúdo de 2005.

- Concluída a votação, sob a presidência do Sr. Antonio Carlos Rodrigues, verifica-se que votaram “sim” os Srs. Carlos Apolinario, Claudio Fonseca, Dalton Silvano, Edir Sales, Antonio Goulart, Jojói Hato, José Police Neto, Marcelo Aguiar, Marco Aurélio Cunha, Marta Costa, Milton Ferreira, Paulo Frange e Wadih Mutran; “não” os Srs. Antonio Carlos Rodrigues, Adilson Amadeu, Agnaldo Timóteo, Alfreidinho, Aurélio Miguel, Donato, Jamil Murad, João Antonio, José Américo, José Ferreira dos Santos - Zelão, Quito Formiga, Sandra Tadeu e Toninho Paiva.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Rodrigues - PR) - Votaram “sim” 13 Srs. Vereadores; não, 13 Srs. Vereadores. Não há quórum para o prosseguimento dos trabalhos.

Há sobre a mesa uma comunicação de licença do nobre Vereador Penna.

- É lido o seguinte:

08-00203/2009

“COMUNICAÇÃO DE LICENÇA

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais e na forma do que dispõe o artigo 20, inciso I, da Lei Orgânica do Município, COMUNICO a Vossa Excelência que entro em licença, para tratamento de saúde, a partir do dia 14 de setembro do corrente, pelo prazo de 4 dias. Em apenso ao presente, segue Atestado Médico.

Sala das Sessões, em 16 de setembro de 2009.

Vereador Penna”

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Rodrigues - PR) - Há sobre a mesa um requerimento, que será lido.

- É lido o seguinte:

REQUERIMENTO 08-0177/2009

“REQUEIRO à Doua Mesa, na forma regimental, conforme artigo 112, inciso III, do RI (Regimento Interno), providências para que seja concedida licença para desempenhar missão temporária de interesse do Município, no período de 15 a 17 de dezembro, no evento COP 15 - Conferência de Mudanças Climáticas, na cidade de Copenhague - capital da Dinamarca, sem ônus para esta Edlidade.

Sala das Sessões, 07 de agosto de 2009

Gilberto Natalini

Vereador PSDB/ SP”

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Rodrigues - PR) - A Presidência desconvoa as demais sessões extraordinárias previstas para o dia de hoje.

Convoco os Srs. Vereadores para a próxima reunião ordinária, com Ordem do Dia a ser publicada.

Estão encerrados os nossos trabalhos.

74ª SESSÃO ORDINÁRIA

17/09/2009

RESUMO

PRESIDENTE (Dalton Silvano - PSDB) – Assume a presidência e abre a sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

FRANCISCO CHAGAS (PT) – Questiona como a obra do Governo do Estado na Marginal do Tietê vai melhorar a permeabilização da Cidade. Informa que a Comissão de Administração Pública aprovou seu requerimento, convocando os Secretários envolvidos nas obras de impermeabilização. Deixa uma mensagem ao Sr. Prefeito, que cortou a verba da varrição. Pede que não corte a verba da merenda escolar. **GABRIEL CHALITA (PSDB)** – Refere-se a um assunto veiculado na mídia que mostrava uma mãe incentivando sua filha a bater em outra menina. Agradece à Câmara Municipal por ter aprovado seu projeto sobre bullying. Fica indignado quando vê pessoas atacando os professores. Cita a pedofilia e a violência doméstica. Conta que seu maior sonho como educador é ver implementada no Brasil a escola em tempo integral. Lamenta que esse processo, começado em sua gestão, tenha parado.

GILSON BARRETO (PSDB) – Responde às críticas em relação às obras da Marginal Tietê. Em relação à retirada das árvores da Marginal, informa que o Secretário Eduardo Jorge visitou o local para verificar a situação das árvores e se essa ação traria algum problema para o meio ambiente. Fala que as creches atendem por um período de dez horas e que serão fornecidas quatro refeições. Saliencia que as famílias recebem o leite pelo Programa Leve Leite.

GOULART (PMDB) – Tece comentário sobre o relatório da destinação do Estádio Paulo Machado de Carvalho, Pacaembu. Fala que consta no relatório que a Prefeitura pode ceder o espaço desde que haja zelo pelo patrimônio e que permaneça público. Diz que o Corinthians é o maior interessado. Cita o secretário Walter Feldman. Conta que se surpreendeu com uma telefonia celular que estava erguendo, a toque de caixa, uma torre no bairro em que mora. Chama a atenção dos Vereadores no sentido de definir uma legislação mais rígida.

JAMIL MURAD (PC do B) – Fala que os jornais brasileiros tiveram de divulgar o crescimento do emprego no Brasil. Diz que isso é fruto de uma política, que conta com a participação de um bloco de partidos, que ao invés de diminuir, aumentaram os gastos públicos, mesmo na crise. Cita o Bolsa Família, o PAC, o FMI, a diminuição dos juros e o aumento dos salários. Comenta sobre a necessidade da reforma tributária.

JOJÓI HATO (PMDB) – Relata sobre a notícia de um médico embriagado que atropelou uma catadora de papel e outras pessoas e fugiu, em Belo Horizonte. Lembra o caso de um Deputado Estadual, do Paraná, que dirigia embriagado e provocou um acidente automobilístico. Alerta para a questão do consumo de álcool por adolescentes. Informa que a Lei Seca está “pipocando” no País inteiro.

JOSÉ AMÉRICO (PT) – Registra seu descontentamento com os cortes feitos na gestão do Prefeito Gilberto Kassab, em áreas fundamentais como: a varrição das ruas, o recolhimento do lixo domiciliar e hospitalar e a refeição das creches. Fala que o orçamento previsto para este ano foi eleitoreiro. Cobra da Liderança do Governo o debate do Orçamento da Cidade.

PRESIDENTE (Dalton Silvano - PSDB) – Anuncia a visita dos alunos da União da Cidade Júlia, UMJC, acompanhados pelos Profs. Anderson, Vanessa e Kátia.

JOSÉ FERREIRA DOS SANTOS – ZELÃO (PT) – Tece comentários sobre o corte na verba do Orçamento na área da Saúde. Expõe que as UBs não têm remédios e há falta médicos. Pergunta onde estão as promessas feitas em campanha pelo Prefeito. Diz que este Governo só serve para terminar as obras que os outros começaram.

PRESIDENTE (Dalton Silvano – PSDB) – Anuncia a presença do Sr. Dong Sôo Park, Presidente da Associação Brasileira dos Coreanos. Encerra o Pequeno Expediente.

GRANDE EXPEDIENTE

NATALINI (PSDB) – Fala que a Prefeitura elaborou um orçamento prevendo arrecadação de 29 bilhões de reais, mas, por causa da crise econômica e prevendo a queda na arrecadação, houve cortes. Compara a arrecadação de São Paulo com a de Nova York. Elogia a política do Presidente do Banco Central Henrique Meirelles.

José Police Neto (PSDB) – Em aparte, diz que os veículos de comunicação que acompanham a receita da União apontam que esse é o 10º mês consecutivo com queda na arrecadação. Conta que a União realizou seus cortes, em especial, nas transferências para os Municípios. Observa alguns Parlamentares comemorando os prejuízos. Ressalta que foram consumidos do Orçamento Municipal 24% na Saúde e 34,7% na Educação.

NATALINI (PSDB) – Relata que a Oposição se utiliza de dificuldades passageiras do Orçamento. Saliencia o que disse o Vereador José Police Neto. Expõe que, quando falam do Presidente Lula, do “sambarilove”, não estão dizendo que S.Exa. não se esforce. Comenta sobre o sofrimento do Governador Jacques Wagner, que está enfrentando o PCC da Bahia.

AGNALDO TIMÓTEO (PR) – Pela ordem, informa que esteve reunido com o Presidente Antonio Carlos Rodrigues e com o Prof. Paiva, ex-Presidente da Câmara Municipal de João Pessoa, debatendo um projeto que dificulta o crime da “saindinha de banco” aprovado naquela cidade e que está repercutindo em todo o País. Informa que o projeto não é inconstitucional, pois não legisla sobre os problemas de administração bancária.

JOÃO ANTÔNIO (PT) – Pela ordem, fala que a Secretaria de Finanças publicou que a arrecadação da Cidade cresceu 5,45%. Diz que o Orçamento deste ano foi inflado para que justificassem as promessas realizadas em campanha. Cita os cortes na varrição, na coleta de lixo e na merenda escolar. Conclui di-